

**Relator: ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO**

**Publicado no DJPR em 16-04-2010**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PISO SALARIAL ESTADUAL - NEGOCIAÇÃO COLETIVA - MÍNIMO GARANTIDO.** Em face do fracasso e das conseqüências desastrosas da tese do Estado Mínimo, apregoadada pelos economistas da Universidade de Chicago, liderados por Milton Friedman, atualmente discute-se a importância da ingerência estatal no domínio econômico, com vistas à garantia da efetividade do princípio do pleno emprego e demais direitos sociais previstos na Constituição Federal, com a revisão do processo de globalização e incentivo do desenvolvimento sustentável. Tal proceder encontra amparo na Constituição Federal pátria, que adotou o sistema do federalismo cooperado, caracterizado pela cooperação entre os diversos entes da Federação, estabelecendo, ainda, em algumas hipóteses a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios (CF, arts. 18 e seguintes). No que tange à competência para legislar sobre direito econômico, especificamente, o artigo 24, I, da Carta Magna estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, o que impõe a observância obrigatória, em todo o Estado do Paraná, do salário mínimo regional estabelecido pelas Leis n. 15.116/2006 e 15.486/2007. O fato de a norma coletiva anterior prever pisos diferentes para funções diversas em nada altera o ora decidido, posto que não se trata de igualar situações diferentes que assim eram tratadas em norma coletiva, mas de estabelecer um valor mínimo para a categoria como um todo, o que não impede que, futuramente, as partes negociem valores mais elevados para determinadas tarefas ou para os empregados que possuam maior tempo de serviço. Por outro lado, em havendo trabalhadores que já recebem o valor ora reconhecido ou mais, estes permanecerão mantidos, evitando-se, de toda sorte, qualquer prejuízo a estes. Importante ressaltar que este fato não deve ser considerado como impeditivo do direito daqueles que, além de receberem valores menores, não tiveram nenhum reajuste desde que deixou de vigorar a última CCT. A Lei, ademais, existe para tratar do mínimo, que deve ser, de toda sorte, garantido.